

Mega FM: outra informação e cidadania com as ondas do rádio¹

Cláudia Regina Lahni – Universidade Federal de Juiz de Fora²

Resumo:

Estudo de uma rádio comunitária autêntica, a Mega FM, situada no bairro Santa Cândida, na cidade de Juiz de Fora (MG). Para isso, tem-se como principais marcos teóricos de referência trabalhos de Mario Kaplún e de Paulo Freire. Foi realizada pesquisa participante e reflexão sobre conceitos de cidadania e participação. Também realizou-se entrevistas com integrantes da emissora, análise de sua documentação e de programas radiofônicos. O estudo avalia que a Mega FM transmite informação diferente da que em geral é veiculada pelos meios de comunicação e é um espaço para o exercício da cidadania.

Palavras-chave:

Rádio comunitária; participação na comunicação; cidadania

Introdução

Este trabalho reflete sobre o exercício da cidadania, a partir da participação em uma rádio comunitária autêntica, a Mega FM, situada no bairro Santa Cândida, onde residem, em sua maioria, pessoas das classes populares, na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais. Tal reflexão é feita tendo-se trabalhos de Mario Kaplún e de Paulo Freire como principais referências. Foi realizada pesquisa participante, entrevistas com integrantes da emissora, análise de sua documentação e de programas radiofônicos³.

Consideramos que a concentração da propriedade dos meios de comunicação de massa, no Brasil, existe acompanhada da transmissão de um pensamento único, que, em geral, exclui pessoas das classes populares e os movimentos sociais de que participam, as quais, quando aparecem nos noticiários ou outro programa, muitas vezes fazem parte das páginas policiais ou são apresentadas como personagens exóticas ou atrasadas. Avaliamos que as rádios comunitárias autênticas⁴, como é a Mega FM, podem ser um caminho corretivo para essa situação de monopólio de propriedade e de divulgação de um pensamento único, formado pelos meios massivos hoje.

Pesquisa participante

No desenvolvimento deste trabalho, foi realizada pesquisa participante. Pretendeu-se, assim, conhecer mais sobre a participação em uma emissora comunitária e apontar

¹ Trabalho apresentado ao NP 12 – Comunicação para a Cidadania, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

² Cláudia Regina Lahni é professora efetiva da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (Facom-UFJF), doutora e mestra em Ciências da Comunicação pela ECA-USP, graduada em jornalismo pela PUC-Campinas, membro do Grupo de Pesquisa Comunicação e Política (PUC-Campinas – CNPq) e coordenadora dos projetos de extensão da Facom-UFJF Programa de Mulher e Comunicação da Capoeira – crlahni@yahoo.com.br

³ O trabalho apresenta parte da tese de doutorado *Possibilidades de cidadania associadas à Rádio Comunitária Mega FM*, da pesquisadora Cláudia Regina Lahni, orientada pela Profa.Dra. Maria Otilia Bocchini. A tese foi defendida na ECA-USP, em 8 de abril de 2005.

⁴ “Autênticas” é um termo usado por Márcia Vidal Nunes (2001) e Bruno Fuser (2002) para as rádios de baixa potência que apresentam, de fato, participação dos moradores e inserção reconhecida junto à comunidade que abrangem.

possibilidades de cidadania, a partir disso. Apresentamos, a seguir, um pouco sobre pesquisa participante, expressão e rádio comunitária.

Para Paulo Freire (1978:24), “transformar o mundo através de seu trabalho, ‘dizer’ o mundo, expressá-lo e expressar-se são o próprio dos seres humanos. A educação, qualquer que seja o nível em que se dê, se fará tão mais verdadeira quanto mais estimule o desenvolvimento desta necessidade radical dos seres humanos, a de sua expressividade”.

Nesse sentido, vale ressaltar o importante papel desempenhado pelas rádios comunitárias, que podem ser um espaço para a expressão das classes populares, em sua maioria aliadas dos meios de comunicação de massa. É o caso da Mega FM, que, desde sua fundação, por moradores do bairro, abre o microfone para a fala de pessoas da periferia. Isso tem uma forte dimensão educativa, pois, seja uma fala esporádica ou uma fala freqüente na forma de um programa, a pessoa certamente terá refletido sobre o que dirá e terá oportunidade de se expressar.

Paulo Freire (1978) reflete sobre o “silêncio” em que se acham as classes populares, dominadas pela prescrição de uma palavra transmissora de uma ideologia da acomodação. O reforço disso resulta na “cultura do silêncio”, própria de estruturas fechadas como a do latifúndio – por exemplo, como temos na comunicação no Brasil. Conforme Paulo Freire, na cultura do silêncio, pensar é difícil; dizer a palavra, impossível. Ele salienta o enfrentamento à cultura do silêncio. É necessário tomar a história na mão e transformar a realidade opressora. Falar em uma rádio comunitária pode significar sair da cultura do silêncio. Dar a palavra, como em uma emissora comunitária, pode ser o início ou o reforço para se tomar a história pela mão e transformar a realidade, como verificamos.

Conforme o autor, a maneira de “pronunciar o mundo”, por parte das classes dominadas, demanda sua organização revolucionária visando à abolição das estruturas de opressão. A organização da massa popular, para a mudança, implica haver uma vanguarda lúcida. O trabalhador social, sendo educador ou pesquisador, diante de tal situação não pode ser neutro. Dessa forma, Paulo Freire (1978:97) reforça a atitude comprometida diante do tema: “quanto mais vamos conhecendo a realidade histórico-social em que se constituem os temas em relação dialética com seus contrários, tanto mais nos é impossível tornar-nos neutros em face deles”.

Carlos Rodrigues Brandão (1985:8) escreve que “só se conhece em profundidade alguma coisa da vida da sociedade ou da cultura, quando através de um envolvimento – em alguns casos, um comprometimento – pessoal entre o pesquisador e aquilo, ou aquele, que ele investiga”. Ele resalta a importância da participação e do compromisso do pesquisador com a cultura e a história da comunidade

estudada. A observação participante e a entrevista livre são apontadas como métodos e técnicas utilizadas na pesquisa participante.

Em trabalho que busca refletir sobre a pesquisa participante e a comunicação, Cicilia Maria Krohling Peruzzo (2003) também realiza uma revisão bibliográfica sobre o tema e classifica como observação participante os trabalhos em que, embora próximo ao grupo, o pesquisador não se envolve, apenas observa as relações da comunidade e seu objeto de pesquisa. Já na pesquisa participante, para a autora, existe o envolvimento do pesquisador com o grupo. Na pesquisa-ação, o envolvimento inclui definições do projeto de pesquisa e sua realização pela comunidade. Observação participante, pesquisa participante e pesquisa-ação são modalidades de pesquisa participante.

Assim, este trabalho se situa na seguinte caracterização de pesquisa participante: apresenta o envolvimento da pesquisadora com a comunidade e sua postura e ação em favor da mesma. A comunidade, por sua vez, não definiu os objetivos da pesquisa, muito embora tenha sido ouvida em entrevistas e em sua cotidianidade. No trabalho, se a escolha do objeto e o envolvimento da autora foram marcados pela subjetividade, as atividades de pesquisa foram norteadas pela busca de objetividade na coleta e exame criterioso de diferentes materiais, bem como na delimitação teórica, constitutiva de critérios analíticos.

Cidadania, participação e comunicação

Conceitos de cidadania e de participação, como lembramos, ajudam a refletir sobre a importância da participação na comunicação para o exercício da cidadania.

Para Maria de Lourdes Manzini-Covre (2001:11), “cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno”. Mas, “trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência”.

Para Norberto Bobbio (1992:1,24), direitos humanos, democracia e paz têm ligação estreita. Conforme o autor, “sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos”. Ele pondera que “o problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de *justificá-los*, mas o de *protegê-los*”.

Embora determinados direitos ainda estejam longe de grande parte da população brasileira, outros estão surgindo, sendo reivindicados e oficializados por lei. Afinal, Bobbio (1992:73) constata “que o nascimento, e agora também o crescimento, dos direitos do homem são estreitamente ligados à transformação da sociedade, como a relação entre a proliferação dos direitos do homem e o desenvolvimento social o mostra claramente”.

Dalmo de Abreu Dallari (2002:69,70) ressalta a importância da organização da sociedade para manutenção, respeito e ampliação dos direitos. Ele avalia que “um direito só

existe realmente quando pode ser usado” e reforça que é preciso informar a pessoa sobre os seus direitos e conscientizá-la da importância de se garantir o respeito aos mesmos.

O autor afirma que é indispensável que cada um tenha alguma forma permanente de participação, na escola, na fábrica e em outros locais, trocando idéias e informações e sugerindo iniciativas, por uma situação melhor para todos (Dallari, 1983:50).

Segundo o jurista, “a cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo” (Dallari, 2002:14,69). Ele aponta que a informação é fundamental para a cidadania. Afinal, “quando alguém não sabe que tem um direito ou dispõe apenas de informações vagas e imprecisas sobre ele, é pouco provável que venha a tomar alguma atitude em defesa desse direito ou que vise à sua aplicação prática”.

Manzini-Covre (2001:10) liga a cidadania à prática da reivindicação, apropriação de espaços e exercício de direitos, sendo que, para isso, o primeiro pressuposto “é que esteja assegurado o direito de reivindicar os direitos, e que o conhecimento deste se estenda cada vez mais a toda a população”.

Já Cicilia Peruzzo reforça a importância da participação para a cidadania. A autora lembra a Declaração Universal dos Direitos Humanos que estabelece o direito à participação e a Conferência das Nações Unidas, de 1976, a qual firmou que “a participação popular é um direito humano, um dever político e um instrumento essencial de construção nacional”. “Participação é exercício da democracia”, reforça (Peruzzo, 1999:275,280).

A comunicação é uma das possibilidades para o exercício desse direito e dever. Quanto a isso, a autora avalia que criticar a manipulação das grandes redes de rádio, televisão e impressos é pouco. É preciso ocupar espaços e se organizar para descentralização e reordenamento dos meios.

Nesse sentido, a comunicação participativa tem se fortalecido como um importante canal de exercício da cidadania. Conforme Peruzzo, a comunicação popular participativa se articula com práticas sociais que reivindicam direitos e o alargamento da cidadania.

De acordo com Kaplún (1984:10), a participação organizada não é meta fácil de alcançar. A seu ver, “não há desenvolvimento sem uma participação consciente dos setores populares, em que estes se mobilizem, assumam um papel protagonista e sejam criadores de suas próprias soluções”⁵. Ele também considera que a participação é característica geral de uma sociedade democrática, voltada para o desenvolvimento. Segundo o autor, as

associações diversas são escolas práticas de participação, em que o povo vai construindo seu próprio espaço e criando suas formas solidárias, democráticas e autogestionárias.

Para Kaplún (1984), a opção pela comunicação participativa é em favor da educação e do desenvolvimento, além da ética, dentro da democracia. Ele apresenta e defende uma forma de comunicação horizontal entre grupos, o cassete-fórum, que tem como componentes tecnológicos, o gravador e fitas cassetes e, como componente metodológico, o fórum - reuniões dos grupos para debater determinados temas as quais são parcialmente gravadas e repassadas aos demais. O autor considera que o rádio teria vantagens sobre o cassete, mas não estaria, entretanto, ao alcance da população.

Kaplún enumera como vantagens do cassete-fórum a desmitificação do meio, a participação direta, a espontaneidade de expressão, o fato de que todos são alternadamente emissores e receptores, o envolvimento da juventude inclusive para serem novos dirigentes e o número cada vez maior de participantes. O autor enfatiza as qualidades informativas e formativas do cassete-fórum e menciona como objetivo, entre outros, “que o programa dê como fruto um crescimento da consciência crítica e solidária de seus participantes” (Kaplún, 1984:36). Avaliamos que essas vantagens podem se aplicar à rádio comunitária.

Bobbio também salienta a importância da participação popular para a democracia. Ele cita, como remédio para reavivar a participação política, o controle popular dos meios de informação e de propaganda.

Participação e comunicação são temas refletidos por Peruzzo também em outro trabalho. Sobre a ampliação de direitos, a autora avalia que, além de ter direitos políticos e outros respeitados, “em pleno século XXI, ser cidadão significa [...] também comunicar-se através dos meios tecnológicos que a humanidade desenvolveu e colocou a serviço de todos” (Peruzzo, 2002:85).

Cicilia Peruzzo (2004:54,55) reforça a importância da comunicação para a cidadania. Ela aponta que cresce o posicionamento em favor do “direito à comunicação, tomando-o como um mecanismo de se efetivar a democratização dos meios de comunicação”. Nesse sentido, Peruzzo ressalta o trabalho da Campanha Cris (Communication Rights in the Information Society) – Direito à Comunicação na Sociedade Informacional. Trata-se de um movimento que tem à frente organizações não governamentais da comunicação e dos direitos humanos. A autora afirma que “direito à comunicação na sociedade contemporânea inclui o direito ao acesso ao poder de comunicar” (Peruzzo, 2004:77).

Organizar coletivamente uma rádio comunitária pode significar o acesso das classes populares a canais de comunicação, o questionamento e, de certa forma, o enfrentamento do controle oligárquico dos meios de comunicação.

⁵ Tradução da autora para todas as citações do pesquisador.

A comunitária de verdade

A Rádio Mega, cujo *slogan* é “a comunitária de verdade”, nasceu da necessidade que moradores do bairro Santa Cândida sentiram de se comunicar, informar questões da localidade, promover debates, apresentar seus poemas e composições musicais, enfim, exercer seu direito de liberdade de expressão. A organização da emissora, desde o início, em 1996, e até hoje, se dá de forma coletiva. Assim, foi realizada uma assembléia, em 25 de março de 1997, que definiu a estrutura, objetivos e programação inicial da Rádio.

A Mega FM foi ao ar pela primeira vez em 19 de junho de 1997, conforme conta Adenilde Petrina Bispo, coordenadora da Rádio. Desde então, a emissora tem uma presença reconhecida não apenas junto ao Santa Cândida (onde se situa), São Benedito e Vila Alpina (bairros próximos), mas na cidade de uma maneira geral, ao participar, por exemplo, do Conselho Municipal de Valorização da População Negra, entre outras iniciativas e debates.

De 1998 para cá, a Mega realiza a cobertura do Carnaval na cidade, tendo sido homenageada, naquele ano, em um samba cantado e desfilado pelo bloco do Santa Cândida. A valorização da cultura popular também se dá com o resgate de histórias e organizações artísticas próprias do bairro. Exemplo disso, foi a realização do Mega Fenômeno: um programa que apresentava lendas e histórias populares. Para produzi-lo foi criado o Grupo de Teatro da Mega. Os participantes pediam que pessoas mais velhas do bairro lhes contassem casos, com temas que incluíam mula sem cabeça, por exemplo. A partir disso, integrantes do Grupo encenavam a história, que ia ao ar com uma sonoplastia apropriada.

A política institucional partidária também é objeto das ações da Mega. Em 1998, a Rádio organizou um debate com representantes dos candidatos ao governo do estado. Desde 2000, a Mega é convocada pela Justiça Eleitoral para divulgar informações sobre os pleitos municipais, estadual e nacional.

As informações sobre direitos sempre foram uma constante na emissora do bairro Santa Cândida. Além de permear toda a programação da Mega, o assunto teve espaço próprio no Programa Direito Popular DABC (Diretório Acadêmico Benjamin Colucci), da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora. No programa, que era semanal, além de fornecer informações gerais sobre direitos e deveres, acadêmicos de Direito da UFJF respondiam dúvidas da população sobre esse tema.

A Rádio também teve uma atuação significativa na campanha do bairro pela retirada de uma antena de telefonia celular, instalada próxima à escola do Santa Cândida, no que os moradores foram vitoriosos, em 2004. Realizou, em 2001, uma campanha de prevenção de acidentes e mortes no trânsito, pela qual recebeu um certificado dado pela Prefeitura e pela Global Road Safety Partnership (entidade internacional que trabalha contra acidentes no trânsito), em reconhecimento ao seu apoio ao Programa para Redução de Acidentes de Trânsito na cidade de Juiz de Fora.

Na Mega, o Hip-Hop sempre teve espaço, tanto em programas específicos quanto na formação e trabalho conjunto com posses (associações do movimento, cujos integrantes se reúnem para debater a

conjuntura, grafitar, fazer músicas e outras ações). Integrantes da emissora, no seu espaço, formaram a Posse de Cultura Hip Hop Zumbi dos Palmares (PZP).

Para a realização de tais ações e programas radiofônicos, a Mega está sempre de portas e microfones abertos. O grupo ou pessoa que quiser ter um programa na Rádio deve apresentar um projeto sobre o que será abordado e sua importância, em uma reunião com os demais componentes da emissora, que ocorre uma vez a cada dois meses. Nessa reunião, em que todos os componentes participam, são feitas decisões sobre novos programas, uma avaliação do período e definidas as próximas ações. Para fatos do dia-a-dia, uma coordenação, formada por parte dos integrantes, discute e encaminha o que for necessário, chamando, se preciso, um encontro extraordinário com os demais.

Desde 1998, a comunitária de verdade busca sua legalização junto ao Ministério das Comunicações. O pedido de autorização para funcionar como comunitária foi negado à Mega em 2002. Isso continua sendo questionado pela emissora.

Também continua na Justiça, um processo de 1999 da Mega contra a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) e a União, para que essas se abstenham de praticar qualquer ato tendente a lacrar os equipamentos da emissora. A Rádio teve liminar favorável, no primeiro momento; depois perdeu, e o processo está em andamento. Por ação da Anatel e da polícia federal, um transmissor da emissora foi lacrado, em 2003, e apreendido, em 2005.

Sem desistir de sua fala e de sua regularização, a Mega liderou, em Juiz de Fora, em 2004, o debate para a existência de uma legislação municipal para as emissoras comunitárias. Sobre o tema, já foram realizadas duas audiências públicas na Câmara dos Vereadores, em que tramita projeto de lei nesse sentido.

Esse movimento por sua legalização como comunitária envolve os participantes da Mega FM, que debatem a situação, definem e realizam ações como passar abaixo-assinados, conseguir apoios, fazer manifestações, participar de audiências públicas e tribunas livres na Câmara Municipal, cumprir todas as tarefas da burocracia junto ao governo federal, à Anatel e outros órgãos.

Como pode ser percebido, a história da Mega FM, desde seu início, é feita pela comunidade, de maneira coletiva, democrática e autogestionária. Nesses oito anos de resistência de a comunitária de verdade, destacamos o enfrentamento à negação oficial que se faz à Rádio. Se por um lado essa negação é lamentável, por outro certamente propicia um aprendizado no sentido de que, se é difícil obter o aval do poder para o funcionamento de emissora das classes populares, também é possível pressionar, com mobilização, para ter esse reconhecimento e, assim, entender melhor como funcionam determinados órgãos públicos, o que pode servir para essa e outras lutas.

Ao refletir sobre a história da Rádio Mega FM e sua luta por legalização, com base nos conceitos de participação e cidadania citados, a partir de autores como Kaplún, Paulo Freire e outros, avaliamos que nesse meio de comunicação comunitária podem ser vividos aprendizado e cidadania, por quem nele participa.

No ar, outra informação

Assuntos importantes para o cotidiano do Santa Cândida, São Benedito, Vila Alpina e outros bairros, tais como a eleição na SPM (Sociedade Pró-Melhoramentos), um

documento de identidade perdido e a realização de uma festa na região; ações importantes dirigidas a segmentos, especialmente das classes populares e discriminados, como a discussão sobre cotas para negros na universidade, a organização da parada gay, os eventos da posse de Hip-Hop e as reuniões das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base); informações com posicionamento crítico quanto a questões nacionais e internacionais, como contrárias à Alca e às invasões estadunidenses; além de arte, é isso que a Mega FM veicula em suas 51 horas de transmissões semanais.

Essa divulgação de outra informação, diferente do que se encontra nos meios massivos e até em comunitárias, é objetivo e cotidiano da Mega, que se quer e se faz democrática e trabalha pela democratização da comunicação como comunitária autêntica. Isso pôde ser comprovado com este trabalho.

Fizemos a gravação e analisamos quatro programas transmitidos pela Rádio: foram duas edições do jornal A Voz do Morro, um dos programas mais antigos da emissora – com produção e apresentação de Adenilde Petrina Bispo -, veiculadas nos dias 11 e 18 de setembro de 2004; e duas edições do Impacto do Rap, um dos programas mais novos da emissora – com produção e apresentação de Dundá (Ednei de Jesus Silva) e Carlinhos (José Carlos Ferreira) -, veiculadas nos dias 17 e 24 de setembro de 2004. O informativo A Voz do Morro tem duração de meia hora; o musical Impacto do Rap tem duas horas de duração. Gravamos quase seis horas de programação, sendo cinco horas referentes às edições analisadas e o restante de momentos anteriores e posteriores aos programas⁶.

A Voz do Morro

O jornal A Voz do Morro, na edição de 11 de setembro de 2004, teve como temas invasões estadunidenses, eleições municipais no Brasil, entre outros. Na abertura do jornal constou o seguinte: “acompanhando o jornal A Voz do Morro, você vai ficar sabendo aonde está o fedor do nazismo; nós vamos ficar também sabendo sobre as notícias do Iraque ocupado pelas forças americanas; saberemos também um pouco da história da Chechênia” (Adenilde Petrina Bispo em A Voz do Morro, 11 de setembro de 2004).

Quanto à primeira chamada, foi noticiada a divulgação pela imprensa da fotografia de uma mulher com uniforme militar nazista, que era uma norte-americana, comandante de prisão no Iraque. Foram, então, transmitidas informações sobre o nazismo, a situação no

Iraque e as torturas praticadas por membros do exército estadunidense a combatentes iraquianos presos. Foram feitas críticas ao governo dos Estados Unidos e às ações de norte-americanos em prisões contra muçulmanos:

“Olha, gente, essa questão do Iraque já está passando dos limites. [...] A gente sempre foi contra a invasão, nos revolta que uma potência como os Estados Unidos façam uma ‘guerra preventiva’. Quer dizer, se eles não gostarem da sua cara, da cara de um governante, eles vão fazer uma guerra preventiva, de uma forma unilateral. Ou seja, eles não vão consultar ninguém. [...] Essa história dos Estados Unidos invadirem países, desrespeitarem a soberania dos povos, é uma situação, é uma atitude antiga, desde 1800 e lá vai fumaça.” (Adenilde Petrina Bispo em A Voz do Morro, 11 de setembro de 2004)

Também foi mencionada a ligação de Saddam Hussein e de Osama Bin Laden com o governo dos Estados Unidos. Comentou-se que “quando a Turquia matou milhares de curdos ninguém falou nada” e deram-se explicações a respeito da situação de curdos e palestinos. A imprensa foi criticada porque, mesmo veículos que se posicionam contra a guerra, “chamam de insurgentes” os iraquianos que defendem seu país. A situação na Chechênia também foi noticiada e criticada, especialmente a violação dos direitos humanos feita pelo governo russo e por guerrilheiros.

Em seguida, foi colocada no ar a música “O Haiti é aqui”, interpretada por Elza Soares, para abrir uma seção do noticiário sobre aquele país. Foi questionado o fato de o Brasil mandar forças militares para o Haiti e também a França e os Estados Unidos, por explorarem e intervirem naquele país.

Lembrou-se que durante 122 anos o povo haitiano pagou à França, indenizando-a por sua independência. “Isso é uma vergonha”, afirmou Adenilde, atribuindo a imposição da taxa ao fato de serem ex-escravos negros que proclamaram a independência do país. Citou que 95% da população é negra, que os espanhóis mataram os indígenas e que os americanos “botaram suas patas lá” - intervenção atribuída à proximidade do país com Cuba. Foi feita uma conexão desses dados históricos com a situação do Iraque.

As eleições municipais no Brasil foram noticiadas, enfatizando-se votar com consciência e, depois, fiscalizar a atuação dos eleitos. Afirmou-se que é preciso “votar bem.

⁶ Em função das restrições de espaço, neste trabalho vamos apresentar uma edição de cada programa. A estrutura é a mesma, nas outras edições.

Ter em mente a real importância do nosso município e depois fiscalizar o desempenho de quem nós elegemos, como exercício urgente de cidadania.”

Para finalizar Adenilde citou publicações que foram consultadas para a realização de A Voz do Morro. Também indicou, para quem quisesse ter mais informação, a visita à Biblioteca Redentorista, da Igreja da Glória, fornecendo horários e endereço. Mandou, ainda, cumprimentos para várias pessoas e bairros e mencionou um outro programa, transmitido pela Rádio.

Como pudemos verificar, nas duas edições analisadas, o jornal A Voz do Morro apresenta uma versão dos fatos, em geral, diferente daquela mostrada pelos meios de comunicação de massa. No informativo da Mega, as notícias são apresentadas de forma contextualizada, ligadas a fatos históricos. Também é feita uma relação entre questões internacionais, nacionais e locais.

Transmitem-se informações e suas fontes, ou seja, como obter a informação primária, através da localização e horário de funcionamento de biblioteca. Isso é feito em linguagem popular, o que garante uma maior proximidade em relação ao ouvinte, encurtando-se um pouco a distância entre as classes populares e a biblioteca.

É preciso ressaltar o destaque dado a países considerados do Terceiro Mundo ou em desenvolvimento, à população de baixa renda e a negros. Estes temas são abordados com informações sistemáticas, apresentando-se uma linha histórica de acontecimentos, e com informações pontuais. Tem-se assim uma demonstração do caráter educativo da Rádio, tanto no sentido de transmitir educação que se tem em livros e que se tem ou se deveria ter em escolas (por exemplo, a história e cultura dos negros), como no sentido de educar para transformar a realidade, na medida em que a compreensão da história é básica para isso.

Além disso, cumprimentar pessoas e bairros da periferia pelo nome, como é feito no A Voz do Morro, indica proximidade e chama à participação mais interessados. A menção a outro programa da Rádio mostra entrosamento e valoriza as produções da emissora.

Impacto do Rap

A edição de 17 de setembro de 2004 do Impacto do Rap teve início com o “muito boa noite, rapaziada” e outros cumprimentos feitos por Dundá aos ouvintes. Em seguida, Carlinhos fez seus cumprimentos, nomeando vários bairros e pessoas que estariam na escuta. Também foi feita, várias vezes durante o programa, a identificação da Rádio, “a

comunitária de verdade do bairro Santa Cândida”, com o fornecimento do número do telefone da emissora: “os mano e as minas pode ligar aí que é nós”.

A primeira música no ar foi “Só Deus pode me julgar”, de MV Bill: “[...] Fechar a boca e não expôr meus pensamentos com receio que eles possam causar constrangimentos / Será que é isso / abaixar a cabeça e se manter omissos / [...] No país do carnaval o povo nem tem o que comer / Não é moda / quem pensa incomoda / não morre pela droga / não vira massa de manobra [...]” (MV Bill em Impacto do Rap, 17 de setembro de 2004).

O próximo rap veiculado teve como tema a morte pelo uso de drogas ou por bandidagem e pedia: “para um momento e pensa”. No seguinte, o tema foi preconceito racial: “Nos tiraram das senzalas, nos jogaram nas favelas, periferias, quebradas / Nos livraram das correntes, mas aí aprisionaram nossas mentes / Hoje não somos mais perseguidos por capitães do mato [...] / somos perseguidos pela polícia”.

Dundá identificou a Rádio, falou sobre as músicas, cumprimentou pessoas, em especial da PZP e comentou a presença de Guga na emissora, que estava ministrando um curso de grafite, organizado pela Mega e pela Posse Zumbi dos Palmares. Os raps seguintes tiveram como tema a periferia, a venda de drogas e a trajetória de um ex-presidiário.

Depois das identificações, Dundá chamou Guga ao microfone, que convidou todos para grafitar o muro da Mega, no dia seguinte, e afirmou que “a cultura é de todos”. Os dois conversaram sobre o curso de grafite. Guga, de Brasília, salientou que “viemos pra cá pra isso, pra trocar informação”. Também falaram sobre um grupo de rap de Brasília. Outras pessoas, como Lucimar, estiveram ao microfone, para cumprimentos e recados.

Outros raps foram transmitidos. Além de um cotidiano de periferia, drogas e assaltos, teve rap falando de sair pra passear e dançar. Dundá e Carlinhos anunciaram as músicas, ligações e mandaram “salves”, inclusive “pra rapaziada do Ceresp” (presídio).

A outra seqüência de músicas teve praticamente os mesmos temas. Em uma delas, sobre um viciado que deixou de se drogar, foi cantado: “as reuniões com o N.A foram importantes”. Houve uma que contava a história de uma criança obrigada a levar dinheiro para casa; “o seu papel devia ser cuidar de mim, não me bater”, cantava para a mãe. Nova identificação da Rádio, do programa, das músicas e menção a telefonemas e pessoas.

Depois de outra seqüência de raps e comentários sobre as músicas, foi feito o encerramento do programa, com nova convocação para que os ouvintes participassem da grafitação do muro da Mega, a ser realizado no dia seguinte.

Com a análise de duas edições do programa, verificamos que o Impacto do Rap apresenta músicas diferentes daquelas comumente veiculadas nos meios massivos; mesmo os que tocam esse gênero, muitas vezes apresentam raps cantados em língua inglesa, o que dificulta o seu entendimento; portanto, o diferencial está em emissoras comunitárias autênticas. Como no A Voz do Morro, porém de outra forma, os raps transmitidos apresentam informações sobre o país, especialmente a situação da periferia, das classes populares e dos negros. Também cantam críticas e soluções ao que foi apresentado. Tais letras já divulgam um conteúdo crítico e histórico e, no Impacto do Rap, ainda são comentadas pelos apresentadores, que se expressam em português das classes populares.

Informações sobre a PZP (entidade organizada a partir da Mega) e o bairro são fornecidas no programa. Como em A Voz do Morro, no Impacto do Rap são citadas pessoas e bairros, o que aproxima inclusive outros ouvintes, convidando-os à participação.

Vale salientar ainda que várias pessoas participam do programa, no estúdio e por telefone, mandando seus cumprimentos e recados e ocupando a Rádio com outras atividades, tais como desenho e convivência. Verificam-se aqui duas questões: a primeira é o uso do rádio como mensageiro entre pessoas que estão distantes e, a princípio, não têm como se comunicar – pelo rádio, por exemplo, pede-se a alguém sem telefone que ligue (pelo aparelho público) para uma pessoa; a segunda, é o convite à participação e à liberdade de expressão que se tem na Mega, feito pelos apresentadores ao microfone, uma vez que a Rádio mantém as condições para isso, ao ficar praticamente o tempo todo de porta aberta. É comum qualquer pessoa chegar ao estúdio, entrar e assistir à realização do programa. Em determinados programas, como no Impacto do Rap, muitos jovens e adolescentes vão ao estúdio, onde conversam, desenham e falam ao microfone. O procedimento de deixar o portão da rua e a porta do estúdio sempre abertos é um hábito e, inclusive em reuniões, quem se interessar pode participar, falar e se posicionar.

Também ressaltamos no programa analisado, a valorização da solidariedade, da auto-estima e a troca de informações, ao reforçar que a cultura é de todos e chamar à

participação. Como no A Voz do Morro, também no Impacto do Rap cita-se outro programa da emissora, o que mostra entrosamento e amplia sua própria divulgação.

Considerações finais

A Voz do Morro e Impacto do Rap, veiculados pela Mega FM, têm conteúdo que explicita o direito à informação e a liberdade de expressão. Os programas transmitem uma outra informação, em geral diferente da mostrada na mídia, com ênfase na situação do bairro, dos negros, das classes populares e periferias. Além de apresentar outras visões – de fatos, da cidade e do mundo -, a forma como a Rádio é organizada tem na participação popular sua principal sustentação.

Pensando nos conceitos mencionados anteriormente, a Mega possibilita a participação direta, a espontaneidade de expressão e o acesso ao poder de comunicar. A emissora é uma comunitária autêntica, que se constitui em espaço para o exercício da cidadania das pessoas que nela participam e, assim, também contribui para a democratização da comunicação e da sociedade como um todo.

Referências

- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro, Campus, 1992.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Participar-pesquisar. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Repensando a pesquisa participante*. 2 ed., São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 7-14.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos humanos e cidadania*. São Paulo, Moderna, 2002.
- _____. *O que é participação política*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade – e outros escritos*. 3 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- FUSER, Bruno. A alternativa de municipalizar as rádios comunitárias. *Extraprensa*, Celacc (Centro de Estudos Latino-Americanos), ECA-USP, São Paulo, Nova série, nº 10, jan/jun de 2002, p. 34-35.
- KAPLÚN, Mario. *Comunicación entre grupos – El método del cassette-foro*. Bogotá, Colômbia, Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo, 1984.
- LAHNI, Cláudia Regina. *Possibilidades de cidadania associadas à rádio comunitária juizforana Mega FM*. São Paulo, USP, Escola de Comunicações e Artes, 2005. Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação.
- MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania*. 9 reimpr. da 3 ed., São Paulo, Brasiliense, 2001.
- NUNES, Márcia Vidal. Rádios comunitárias no século XXI: exercício de cidadania ou instrumentalização. In: BIANCO, Nélia R. Del e MOREIRA, Sonia Virgínia (orgs.). *Desafios do rádio no século XXI*. Coleção GT's

Intercom, nº 12, São Paulo, Rio de Janeiro, Intercom, Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), 2001, p. 233-250.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. *Comunicação nos movimentos populares – A participação na construção da cidadania*. 2 ed., Petrópolis, Vozes, 1999.

_____. Ética, liberdade de imprensa, democracia e cidadania. *Revista brasileira de ciências da comunicação*. Intercom, CNPq, São Paulo, volume XXV, nº 2, julho/dezembro de 2002, p. 71-88.

_____. *Da observação participante à pesquisa-ação em comunicação: pressupostos epistemológicos e metodológicos*. Belo Horizonte, trabalho apresentado no III Colóquio Brasil-Itália de Ciências da Comunicação, Intercom, 2003.

_____. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (org.). *Comunicação pública*. Campinas (SP), Alínea, 2004, p. 49-79.

Entrevista

BISPO, Adenilde Petrina. Entrevista concedida à pesquisadora, nos dias 18 e 20/05/2003.

Programas analisados

A VOZ DO MORRO. Transmitido pela Mega FM, Juiz de Fora, edições de 11 e 18 de setembro de 2004.

IMPACTO DO RAP. Transmitido pela Mega FM, Juiz de Fora, edições de 17 e 24 de setembro de 2004.